

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 580 - Brasília, quarta-feira, 5 de novembro de 1997



Em um dia de muitas atividades, o Senado concedeu urgência ao projeto de lei que trata da renda mínima associada a atividades educativas

## Plenário autoriza US\$ 300 milhões para recuperação de rodovias

*Senadores aprovam também sete acordos externos, normas para endosso de cheque, regras sobre transferência de cadáveres para faculdades de ciências da saúde e exigências a serem cumpridas por estabelecimentos comerciais*



Antonio Carlos: esforço em favor das reformas

### Congresso pode trabalhar até nos sábados e domingos

O Congresso pretende "trabalhar o necessário" para cumprir a pauta até dezembro, inclusive realizando sessões aos sábados e domingos. A promessa foi feita ontem pelo presidente do Congresso e do Senado, Antonio Carlos Magalhães. O resultado desse esforço, segundo Antonio Carlos, será a aprovação de reformas que terão grande repercussão interna e externamente. O senador previu maior ingresso de capital no país, com impacto positivo na economia. **Página 5**

O plenário do Senado autorizou ontem o governo federal a tomar empréstimo de US\$ 300 milhões junto ao Banco Mundial para bancar parcialmente o projeto de recuperação de 14 mil quilômetros de rodovias. Os senadores aprovaram também sete tratados externos assinados pelo governo, entre eles o Acordo Internacional de Madeiras Tropicais. Outra matéria aprovada é o projeto de lei sugerido pela CPI dos Pre-

catórios contendo normas para o endosso de cheques. Em um dia de muitas decisões, os senadores concederam urgência para o projeto da renda mínima e aprovaram projeto que obriga o estabelecimento comercial a afixar o número do telefone e o endereço do órgão local de defesa do consumidor. Outra proposta acolhida é a que regulamenta a utilização da cadáveres em pesquisas científicas. **Páginas 2, 3 e 5**

### Senado vota hoje o FEF e conhece novo Código Civil

A proposta de emenda constitucional que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) pode ser votada hoje pelo plenário do Senado. Na Comissão de Justiça do Senado, o assunto em

pauta é o Código Civil. O relator-geral da matéria, senador Josaphat Marinho, apresentará o seu parecer hoje. A matéria deverá ser votada até o final desta sessão legislativa. **Páginas 2 e 5**

*O plenário aprovou ontem tramitação rápida para ajuda financeira aos municípios que aderirem ao programa*

## Urgência põe projeto de renda mínima na pauta de amanhã

O plenário aprovou ontem urgência para o projeto de lei que autoriza o governo federal a conceder ajuda financeira aos municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima a famílias que tenham filhos de até 14 anos na escola. Com isso, a votação da proposta poderá ser feita na sessão de amanhã.

O projeto recebeu um substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) durante as discussões na CAE, onde foi incluída uma subemenda determinando que nenhuma família receberá menos que R\$ 15,00 por mês. A subemenda foi introduzida pelo re-

ator porque o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ponderou que a fórmula proposta permitiria que uma família pobre nada recebesse, mesmo tendo um filho na escola. A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) também teve um substitutivo aprovado quando a matéria foi analisada pela Comissão de Educação.

Ontem, durante a discussão do requerimento de urgência para o projeto, o senador Eduardo Suplicy lamentou que a proposta exclua da ajuda federal (a União entra com 50% e o município com o restante) cerca de 40% dos municípios. Ficam de fora do programa

municípios onde a renda *per capita* e a arrecadação *per capita* sejam superiores à média do estado.

Já Emília Fernandes defendeu seu substitutivo, dizendo que a Comissão de Educação aprovou uma fórmula diferente de se calcular o valor a ser atribuído a uma família, a qual beneficia um número maior de pessoas. Além disso, conforme a senadora, seu substitutivo prevê que, no primeiro ano, o governo federal destinaria cerca de R\$ 200 milhões ao programa, um valor menor "que os quase R\$ 500 milhões" que o governo gasta em publicidade.

## Hora do Expediente é dedicada ao Dia da Cultura

O transcurso hoje do Dia Nacional da Cultura e do Dia do Cinema Brasileiro será lembrado pelos oradores da primeira parte da sessão deliberativa, a Hora do Expediente. A homenagem foi requerida pela senadora Benedita da Silva

(PT-RJ) e outros senadores. Além dela, deverão falar os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

Como parte das comemorações do Dia Nacional da Cultura, a Biblioteca do Senado promove, às 18h, o

lançamento do livro *100 Anos da Política Brasileira*, do jornalista gaúcho José Bacchieri Duarte, e a abertura de uma exposição fotográfica sobre episódios marcantes da história do país neste século. A mostra vai até o dia 12 de novembro.



Calheiros: parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça

## Prorrogação do FEF será votada em 1º turno hoje à tarde

O plenário do Senado vota hoje, em primeiro turno, a Proposta de Emenda Constitucional nº 25/97, de autoria do Executivo, que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até o final de 1999. A matéria tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde foi relatada pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

De acordo com a proposta, já aprovada pela Câmara dos Deputados, o FEF será prorrogado com efeitos retroativos a 1º de ju-

lho deste ano, data em que se encerrou sua vigência. O FEF é composto de 20% do produto da receita de todos os impostos e contribuições da União e de parcelas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Programa de Integração Social (PIS), entre outros recursos.

Se aprovada, a matéria será submetida a um segundo turno de discussão (durante três dias) e a mais uma votação.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despachos Internos

15h - Presidência Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Votação em primeiro turno da \*PEC nº 25/97, que trata da prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal - FEF

### COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 06/96, altera a redação do *caput* e do parágrafo 1º do artigo 14 da Constituição federal, tornando facultativo o voto; \*PEC nº 52/95, suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; e \*PEC nº 58/95, fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 130/93, concede ao idoso e ao deficiente físico ou mental o benefício da percepção de um salário mínimo mensal, desde que comprovem não possuir meios

de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família; \*PLS nº 253/96, exclui das restrições impostas à utilização da Mata Atlântica o perímetro urbano dos municípios situados nas áreas por ela abrangidas; e \*PLS nº 134/96, dispõe sobre a propagação de bebidas alcoólicas e derivados do tabaco, através dos meios de comunicação de massa. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

14h30 - Comissão Temporária destinada a examinar o PLC nº 118/84, que institui o Código Civil Pauta: Apresentação do relatório pelo senador Josaphat Marinho. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Requerimentos do senador Gilberto Miranda, para que a comissão solicite ao ministro da Aeronáutica as seguintes informações: a) cópia do contrato comercial assinado com a Raytheon Company; e b) quadro comparativo dos preços da licitação e da assinatura do contrato; e ao ministro das Comunicações: a) cópia do contrato assinado pela Telebrasil com a Nortel (Northern Telecom) para instalar 60 mil telefones celulares digitais no Distrito Federal; b) cópia da autorização da Telebrás para o contrato descrito no item a acima; e c) cópia dos pareceres jurídicos da Telebrasil e Telebrás que embasaram a dispensa da licitação; e PLS nº 170/96 (terminativo), que estabelece a obrigatoriedade de divulgação dos recursos federais destinados aos estados e municípios

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Heivaldo Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

*Pedido de empréstimo aprovado pelo Senado destina-se ao financiamento parcial do projeto de recuperação de 14 mil quilômetros de rodovias federais até o ano 2000. Contrapartida do governo será de US\$ 150 milhões*

## Rodovias terão US\$ 300 milhões do Bird



Quintanilha é autor do substitutivo aprovado, que vai à Câmara

### Comércio terá de expor número do telefone do Procon

O plenário do Senado aprovou ontem, em turno suplementar, projeto de lei que obriga todo estabelecimento comercial a afixar, em lugar visível e de fácil leitura, o número do telefone e o endereço do órgão local de defesa do consumidor (Procon). Caso não haja Procon na cidade, o comerciante deve informar o telefone da entidade estadual de defesa do consumidor.

O projeto foi apresentado na

Câmara e, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) apresentou uma proposta substitutiva, introduzindo a exigência no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, ao invés de prevê-la em lei separada. Para Quintanilha, "trata-se de uma decisão prática e absolutamente inquestionável", depois da extinção da Sunab. A proposta retornará à Câmara, por causa das mudanças.

Foi aprovado ontem, pelo plenário do Senado, pedido do governo federal para tomar um empréstimo de US\$ 300 milhões junto ao Banco Mundial, destinado a bancar parcialmente o projeto de recuperação de 14 mil quilômetros de rodovias federais até o ano 2000. O governo participará com US\$ 150 milhões no mesmo projeto.

Conforme documentação enviada aos senadores pela Presidência da República, a recuperação da malha federal faz parte de um grande projeto, que terminará no ano 2002 e custará, no final, cerca de US\$ 2 bilhões. O senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), relator da proposta, recomendou que ela fosse aprovada.

Além da recuperação de rodovias, o projeto prevê que o DNER repassará 13 mil quilômetros de rodovias federais para a administração dos estados. Outros 5 mil quilômetros serão repassados, por

concessão, a grupos privados, os quais irão se responsabilizar por sua manutenção.

Os senadores aprovaram, na mesma sessão, pedido do governo da Bahia para conceder garantias, no valor de até R\$ 40,8 milhões, a empréstimos a serem tomados por produtores de cacau, com a finalidade de combater a doença "vassoura-de-bruxa" de suas plantações. Os financiamentos serão concedidos por instituições financeiras oficiais.

Em outra votação, o plená-



Wilson Kleinübing recomendou a aprovação do pedido de empréstimo

rio negou pedido da prefeitura de Goio-Erê (PR), que pretendia tomar financiamento junto ao Banco do Estado do Paraná, no valor de R\$ 1,46 milhão, para obras de infra-estrutura em futuros conjuntos habitacionais. O relator do pedido na CAE, senador Roberto Requião (PMDB-PR), recomendou a recusa, ponderando que a prefeitura não vem cumprindo exigências legais, inclusive gastando em excesso com pessoal.

## Aprovado acordo sobre madeiras tropicais

O plenário aprovou ontem sete acordos externos assinados pelo governo brasileiro, entre eles o Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, acertado em Genebra, em janeiro de 1994. O senador Ermandes Amorim (PPB-RO) tentou adiar a votação, mas a senadora Marina Silva (PT-AC) sustentou que o acordo não é o ideal, mas é importante para a defesa da Amazônia. Ela recebeu o apoio dos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Coutinho Jorge (PSDB-PA).

Entre os vários objetivos do acordo, está a intenção

de promover pesquisas para melhor aproveitamento de madeiras tropicais, além de incentivar o reflorestamento e o manejo de florestas em regiões tropicais. Marina Silva lembrou que o acordo abre espaço para que as madeiras dos trópicos tenham maior aceitação no mercado externo, ao mesmo tempo em que procura encorajar os governos a reabilitarem os solos florestais degradados. A senadora foi a relatora do projeto de decreto legislativo sobre o acordo.

Foram ainda aprovados pelos senadores a convenção sobre a marcação de explo-

sivos plásticos para fins de detecção (assinado em 1991), o acordo de constituição da Associação dos Países Produtores de Estanho (1983), o acordo com os Países Baixos sobre o exercício de atividades remuneradas de dependentes de diplomatas (1996), o acordo de cooperação para o combate ao narcotráfico firmado em 1996 com o México, o acordo de cooperação cultural Brasil-Itália (1997) e o acordo sobre a concessão de vistos assinado com a República da Coreia (1996).

### Regulado o uso de cadáver em pesquisas

Foi concluída ontem, pelo plenário, a aprovação do projeto que permite a transferência de cadáveres não reclamados em 30 dias de um Instituto Médico Legal para faculdades de ciências da saúde, onde serão objeto de estudos de caráter científico. Os senadores aprovaram um substitutivo apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a uma proposta dos deputados, o qual agora terá de voltar à Câmara, por causa das mudanças aprovadas pelos senadores.

Atualmente, essa transferência já é permitida, mas só beneficia os cursos de medi-

cina. O substitutivo aprovado amplia essa possibilidade para os cursos de ciências da saúde, beneficiando escolas e odontologia, enfermagem, fisioterapia, educação física e fonocardiologia.

O projeto proíbe que hospital, IML, asilo ou serviço de verificação de óbitos recebam qualquer pagamento pela transferência do cadáver não reclamado pela família. A distribuição levará em conta os cursos de ciências da saúde oferecidos no município ou região, o número de alunos de cada um deles e a relevância dos estudos e pesquisas efetuados pelas escolas.

## Suplicy chama governo à responsabilidade

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que a situação do país é crítica porque a política econômica, concentrada na valorização cambial e na abertura às importações, aumentou a vulnerabilidade da economia nacional e sua dependência financeira do exterior. Tais problemas não são novos, observou, tanto que economistas das mais variadas tendências teóricas e ideológicas já advertiram, nos últimos três anos, para os riscos a que o país estava sendo submetido.

Por esse motivo, o senador considerou que "o governo Fernando Henrique Cardoso não tem credibilidade para fugir da sua responsabilidade", nem pode transferi-la ao Congresso, muito menos aos partidos de oposição.

- A vulnerabilidade do Brasil tem a ver, fundamentalmente, com o elevado desequilíbrio externo e a sobrevalorização cambial. As reformas constitucionais não têm incidência direta sobre essas



Suplicy: situação é crítica

questões. Mesmo no que diz respeito ao déficit fiscal, as reformas têm pouco ou nenhum efeito no curto e médio prazos - disse.

Para o senador, o desequilíbrio das contas externas e das contas públicas pode ser corrigido por medidas infraconstitucionais, de iniciativa do Executivo, conforme reconheceu o próprio presidente da República, em entrevista concedida à revista *Veja*: "Dizer que o real depende das reformas constitucionais é mentira", afirmou então FHC.

## Em documento, o PT apresenta sua proposta

Suplicy destacou também o documento em que o Partido dos Trabalhadores, em vista da crise provocada pela queda nas bolsas de valores, propõe medidas emergenciais de defesa da produção, do emprego e da renda. O documento, divulgado sob o título "Em Defesa do Brasil", foi assinado pelos líderes do PT no Senado e na Câmara, respectivamente senador José Eduardo Dutra (SE) e deputado José Machado, e pelo presidente do partido, José Dirceu.

De acordo com Suplicy, o PT sugere a definição de uma política nacional que ampare a renegociação das dívidas contraídas, protegendo em especial os pequenos devedores, micro e pequenas empresas e consumidores de baixa renda, para que o país não se veja envolvido num crescimento explosivo da inadimplência. Sugere, ainda, que seja revista a política de abertura co-

mercial generalizada, com a adoção de uma prática de comércio exterior que proteja setores estratégicos da indústria e agricultura.

Segundo o senador, o Partido dos Trabalhadores assinala ser preciso reorientar os financiamentos do BNDES, ampliar a cobertura do seguro desemprego, acelerar a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar; e rever a política de âncora cambial, recuperando o potencial exportador do país.

Suplicy disse que o partido defende ainda uma efetiva reforma tributária "que simplifique a estrutura de tributos, estimule as exportações e investimentos produtivos"; a adoção do imposto sobre as grandes fortunas e heranças; e a implementação do ITR. Além disso, o PT sugere a suspensão dos processos de privatização, considerando que as empresas estariam expostas, agora, a uma desvalorização patrimonial.

Senador gaúcho pede um "gesto de grandeza" do presidente. Suplicy vê país submetido a riscos e Amorim rejeita "bode expiatório"

## Simon sugere convocação de partidos para debater crise

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso, "num grande gesto de grandeza", convoque todos os presidentes de partidos, inclusive os de oposição, para expor a situação por que passa o país e discutir soluções possíveis.

- O que fica ruim é querer preencher um espaço com outro - disse, referindo-se tanto à alegação do governo de que a crise estaria ligada direta ou indiretamente à falta das reformas previdenciária e administrativa como à proposta do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de fazer um esforço concentrado, até o final do ano, para acelerar as votações das referidas reformas. Na opinião do senador, tem razão o presidente da Câmara dos Deputados,



Simon quer discutir soluções

Michel Temer, que teria colocado restrições ao argumento da necessidade de acelerar as votações.

Simon afirmou ser favorável a que o Congresso vote as reformas constitucionais e nada tem a opor contra trabalhar nos fins de semana, "mas dizer que elas devem ser

votadas correndo por causa do problema das bolsas é fugir da realidade, e eu gostaria de saber o que as votações das reformas previdenciária e administrativa têm a ver com o que houve nas bolsas de Hong Kong e São Paulo".

Em aparte, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) considerou que o motivo maior das dificuldades por que passa o país não estaria na crise das bolsas, mas na política econômico-financeira. A seu ver, mantém-se a "mesma política instalada pelos militares em 1964", caracterizada pela concentração da renda e pela dependência financeira em relação ao exterior. "Que se sacrifiquem um pouco os banqueiros em favor do país", sugeriu.

## Para Ernandes Amorim, Congresso é "bode expiatório"

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) afirmou ontem que as reformas previdenciária e administrativa, embora necessárias, não resolverão os efeitos provocados pela crise das bolsas de valores sobre a economia do país. Para ele, ao exigir a aprovação imediata das reformas, o governo coloca o Congresso Nacional como "bode expiatório" de uma crise que "independe dos projetos em tramitação".

Segundo o senador, a crise atual resulta no modelo garantidor da estabilidade do real que "se baseia na submissão da política econômica aos interesses do capital especulativo".

- Esse modelo não está

calçado em reservas de dólares por meio do aumento da produção, do aumento da produtividade, do aumento da competitividade. Mas em reservas obtidas por meio da permissão à agiotagem internacional - assinalou.

Ernandes Amorim sugeriu que os cortes de gastos anunciados pelo governo para o próximo ano sejam feitos sobre despesas com a publicidade oficial e "sobre a transferência de dinheiro público a governadores comprovadamente desonestos". Ele se referia ao repasse de recursos da Eletrobrás para a Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron).

- Não se pode fechar a torneira do dinheiro aos investi-



Amorim: corte na publicidade

mentos em saúde, educação, infra-estrutura e ao funcionamento da máquina pública que efetivamente presta serviços para pagar juros altos e permitir que o dinheiro também saia para o bolso de governadores corruptos - concluiu.

## Reformas trarão dinheiro para o país, garante ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que a votação das reformas pelo Congresso vai trazer ao país novos investimentos estrangeiros, essenciais à economia, além de ter impacto positivo sobre as contas do governo.

- A aprovação das reformas terá grande repercussão política interna, e, sobretudo, externa, dando uma idéia de estabilidade e do esforço do país para receber os capitais estrangeiros indispensáveis ao nosso desenvolvimento. As reformas terão efeito duplo: serão um símbolo, e cada uma delas vai dar cerca de oito bilhões de reais por ano aos cofres públicos - afirmou.

O senador entende que, com a mudança do momento político ocasionada pela crise nas bolsas, "até a oposição vai, patrioticamente, ajudar a aprovar as reformas". Ele confirmou que o Congresso pretende "trabalhar o neces-

sário" para cumprir a pauta até dezembro, inclusive realizando sessões aos sábados e domingos, o que poderá evitar a convocação extraordinária.

- Acredito que a convocação não será necessária, mas não é uma coisa impossível; se, depois do esforço realizado pelo Congresso, ainda restarem algumas matérias, o presidente da República poderá fazê-la - disse.

Antonio Carlos Magalhães afirmou desconhecer ameaças de cortes indiscriminados nas despesas do governo, em especial quanto a pagamento de salários do funcionalismo.

- Não admito terrorismo; o terrorismo não vai medrar. O governo está administrando o problema com absoluta tranquilidade, de quem sabe que vai atingir o objetivo. Todos receberão seus vencimentos em dia. O governo está fazendo um grande esforço para, no menor tempo possível, baixar as taxas de juros - assegurou.

## Lançamento de livro comemora centenário de Irineu Bornhausen

Com a presença do vice-presidente da República, Marco Maciel, do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, senadores, deputados e outras autoridades, foi realizado na tarde de ontem, no Salão Negro do Congresso Nacional, o lançamento do livro *Irineu Bornhausen - Trajetória de um Homem Público Exemplar*, de Victor Márcio Konder.

Antonio Carlos ressaltou que, ao lançar a edição comemorativa do centenário de Bornhausen, o Senado presta homenagem "a um homem que honrou esta Casa, Santa Catarina e o Brasil nas diversas funções

públicas que exerceu", entre elas a de senador e governador.

Marco Maciel destacou a importância da iniciativa, afirmando que "o Brasil precisa aprender a olhar para o passado e a cultivar seus filhos ilustres", e disse que Irineu Bornhausen foi "um estadista que conseguiu converter suas teses em realidade".

O embaixador do Brasil em Lisboa, Jorge Bornhausen, e o deputado Paulo Bornhausen, filhos de Irineu, representaram a família. O embaixador discursou, agradecendo ao presidente do Senado pela decisão de editar a biografia de seu pai.



Josaphat, que cumprimenta ACM, é o relator da proposta

*Antonio Carlos Magalhães participará da reunião da CCJ. Relator apresentou 80 emendas e acatou outras 366*

## Código Civil tem parecer hoje de Josaphat Marinho

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA), relator-geral da Comissão Especial encarregada de examinar o projeto do novo Código Civil, apresenta seu parecer hoje, às 14h45, na sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em reunião que contará com a presença do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Antonio Carlos espera con-

cluir a apreciação do código no Congresso Nacional até o final desta sessão legislativa, que se encerra em 15 de dezembro, e tem reiterado que considera esta votação "uma grande vitória" e o momento mais importante de sua passagem pela presidência do Senado.

A Comissão Especial, presidida pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB),

vem trabalhando há dois anos. A proposta que Josaphat apresenta hoje contém 2.073 artigos. O relator-geral apresentou 80 emendas e acatou outras 366. A proposta original do governo foi elaborada por um grupo de juristas chefiado por Miguel Reale, e chegou à Câmara dos Deputados em 1974, tendo sido enviada ao Senado dez anos depois.

## Aprovada proposta de CPI sobre endosso em cheques

Projeto aprovado ontem pelo plenário do Senado, em turno suplementar, tornará mais visível o caminho de um cheque nominal dado a uma pessoa ou instituição financeira. Pela proposta, apresentada pela CPI dos Precatórios, todo cheque que vier a ser endossado deverá conter o nome do beneficiário do endosso e, se o endosso estiver em branco, oficialmente ele será considerado "como não escrito".

A medida, conforme o relatório da CPI dos Precatórios, evitará a transformação de cheques nominativos em cheques ao portador. A CPI constatou que dezenas de cheques usados no pagamento de serviços de lançamento de títulos para pagamento de precatórios passaram por várias mãos até ser descontados. Para isso, o endosso deixava em branco o nome da pessoa beneficiada.

Os senadores aprovaram também, em turno suplementar,

outro projeto apresentado pela CPI dos Precatórios, que altera a legislação sobre fundos de pensão, estabelecendo o princípio da gestão paritária nos fundos patrocinados por entidades públicas. O projeto, que ainda será votado pelos deputados, prevê a possibilidade de demissão dos dirigentes de fundos quando eles não cumprirem a vontade da maioria dos participantes.

*Secretário-executivo da Fazenda agrada a Comissão de Assuntos Econômicos ao garantir, na audiência pública, a redução dos juros à metade, caso os senadores permitam à Caixa Econômica Federal assumir os débitos estaduais*

## Caixa oferece custo menor para estados

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, disse na audiência pública de ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que, se a Caixa Econômica Federal for autorizada pelo Senado a assumir o débito das antecipações de receita orçamentária (AROs), feitas pelos governos estaduais até 31 de março de 1996 e estimado em R\$ 1,7 bilhão, as taxas de juros pré-fixados, de 54,83%, poderão ser reduzidas para 26,55%.

Parente esclareceu que o processo também inclui a rolagem da dívida dos estados posterior a março de 96, como parte da renegociação global da dívida dos estados.

O senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), um dos principais questionadores das AROs, disse que o fato de Pedro Parente haver concordado com o critério de "capacidade gerencial" como pré-requisito para que seja concedida a autorização das operações de antecipação de recursos orçamentários "sinaliza um avanço importante".

- Não é justo que os estados que não tiveram capacidade de apresentar um quadro financeiro organizado sejam beneficiados através das antecipações orçamentárias, enquanto os que se esforçaram para manter o equilíbrio entre receita e despesas fiquem sem qualquer vantagem - frisou.

O presidente da Caixa, Sérgio Cutolo, que também participou da audiência pública, destacou a eficiência do mecanismo da rolagem da dívida. Nesse sentido, ele mencionou o nível de inadiplência dos estados jun-



Integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos acompanharam com interesse a exposição do secretário-executivo da Fazenda, Pedro Parente

to à Caixa Econômica Federal, que atualmente é de 1,8%, bem como o fato de os estados terem triplicado o retorno dos empréstimos à CEF.

Para o senador Esperidião Amin (PPB-SC), que sistematicamente condenava os "juros pornográficos" cobra-

*Parente atribuiu a "descuido" na medida provisória a não exigência de programas fiscais prévios aos estados candidatos às antecipações*

dos pelos bancos particulares nas operações de AROs aos estados, a perspectiva de a CEF assumir os débitos e limitar as taxas de juros é positiva. No entanto, o senador manifestou discordância com a exclusão dos municípios das negociações, já que, sinalizou, eles são "a parte mais frágil da União".

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda ponderou que existe um limite estabelecido pelo próprio Senado Federal para a realização dessas operações.

- Já estamos enfrentando algumas dificuldades para

consolidar as negociações com os estados que são apenas 26 e mais o Distrito Federal, por isso não poderíamos incluir os municípios, que são milhares - acentuou Parente.

Durante os debates, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) também indagou sobre as dificuldades operacionais para a renegociação das dívidas dos municípios.

Parente observou que a consolidação da dívida dos estados poderia estar mais adiantada. No entanto, por um "descuido" na elaboração da medida provisória que regulamenta as negociações, ao invés de ser exigido um programa fiscal prévio para os estados, foi dado um prazo para eles apresentarem esse programa, segundo ele.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou que, "se houve custos para o Tesouro na consolidação das AROs, foi o custo de um projeto claro de arrumação definitiva das finanças públicas estaduais, cuja situação caótica era um

pesadelo para o governo e para a Comissão de Assuntos Econômicos".

Também participaram dos debates os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Osmar Dias (PSDB-PR), Levy Dias (PPB-MS), Ramez Tebet (PMDB-MS), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

O presidente em exercício da comissão, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), comunicou que o re-

querimento apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), solicitando o comparecimento do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, à CAE, para esclarecer sobre os gastos de divisa decorrentes das oscilações das bolsas de valores, no Sudeste da Ásia, com reflexos nas bolsas brasileiras, deverá ser votado na próxima reunião da comissão, amanhã, às 10h.

### Cutolo explica que a CEF é só o agente financeiro

O presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo, disse que o compromisso do governo é de não dar nenhum prejuízo à instituição com as operações de renegociação da antecipação da receita orçamentária dos estados. Ele esclareceu que tais operações deram um ganho aos estados porque o custo de captação da Caixa "tem ocorrido sempre abaixo da Selic".

Segundo Cutolo, apesar de os estados terem obtido um

ganho, a CEF não sofreu nenhum dano com as operações. "Ao contrário, todas elas têm gerado receita para a Caixa", assinalou.

Ele disse ainda que a Caixa entra no programa de renegociação global das dívidas dos estados apenas como agente financeiro, com recursos próprios, já que os recursos de fundos administrados pela empresa, como o FGTS, têm aplicação prevista em lei.

Na CAS, senadores e interessados no projeto



Senadores que participaram de audiência pública estão inconformados com o substitutivo aprovado pela Câmara

## CAS aprofunda debate sobre planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), motivada por questão de ordem do senador Osmar Dias (PSDB-PR), promoverá hoje, na reunião marcada para as 10h, um debate visando obter consenso regimental em torno do substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do Senado que dispõe sobre "atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro-saúde ou assemelhadas".

O debate foi sugerido pelo presidente da comissão, senador Ademar Andrade (PSB-PA), durante audiência pública sobre a matéria, realizada no início da noite de ontem, e que reuniu representantes do governo, dos Procons do Distrito Federal e de São Paulo e da iniciativa privada.

Ao levantar a questão de or-

dem, o senador Osmar Dias disse que o substitutivo "não tem nada a ver com o projeto do Senado". Ele lembrou que a proposta original tem apenas três artigos, e foi transformado num substitutivo com 38 artigos. Por isso, sugeriu que a matéria seja submetida, antes, à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Respondendo à questão de ordem, Ademar Andrade disse que "o substitutivo é um absurdo, mas regimentalmente não há como o Senado interferir para modificar o seu conteúdo, e devemos respeitar o Regimento".

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP), relator do projeto, lamentou as "limitações regimentais", observando que, mesmo assim "o Senado poderá dar a sua contribuição, suprimindo inteiramente alguns dispositivos

do projeto". Ele informou que apresentará o seu relatório no dia 13, e que ainda neste mês a matéria deverá ser apreciada pelo plenário da Casa.

Também participaram dos debates os senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO), Eduardo Suplicy (PT-SP), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), José Bianco (PFL-RO), Albino Boaventura (PMDB-GO), Ottoniel Machado (PMDB-GO), Romeu Tuma (PFL-SP), José Alves (PFL-SE) e Emília Fernandes (PDT-RS).

A audiência pública reuniu ainda Arlindo de Almeida, presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abrameg); Januário Montone, representante do Ministério da Saúde; Waldir Borba, superintendente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia; Elisa Martins, diretora do Procon-DF, e Maria Inês Fornazaro, do Procon-SP.

## Acesso à biodiversidade também será examinado hoje

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademar Andrade (PSB-PA), apreciará hoje diversas matérias, entre elas o substitutivo do senador Osmar Dias (PSDB-PR) a projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que regulamenta o acesso aos recursos da biodiversidade brasileira.

Integra a pauta da comissão projeto do senador Francolino Pereira (PFL-MG) que dá direito ao servidor público, que passar do regime da CLT para regime jurídico próprio, movimentar

suas conta do Fundo de Garantia. A proposição será relatada pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

Também deverá ser votado pela CAS substitutivo do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) a projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT) determinando que medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, cosméticos, saneantes e outros produtos sejam expostos à venda e entregues ao consumo em recipientes lacrados nos quais conste o número do lote e a data de validade do produto.



Marina é a autora do projeto

## Memória de Agrícola de Barros é reverenciada

Júlio Campos (PFL-MT) homenageou o médico, jornalista e ex-deputado federal mato-grossense Agrícola Paes de Barros, que estaria fazendo 100 anos ontem. Na opinião do senador, Barros foi um "visionário além do seu tempo, um político de vanguarda e o médico dos mais humildes".

Campos lembrou que Agrícola Paes de Barros, falecido em 1969, era um médico humanista e atendia de graça a população carente de Mato Grosso. Além disso, acrescentou, fundou vários jornais em Cuiabá - *A Luz*, *O Fijó*, *A Plebe* e *Brasil Oeste* - onde "defendia os interesses dos mais humildes".

Conforme o senador, Agrícola Paes de Barros foi vereador em Cuiabá, deputado estadual e

federal, participando da Constituinte de 1945, e um dos fundadores do PTB, tendo participado também da campanha "O Petróleo é Nosso". Campos elogiou ainda o suplemento especial dedicado a Barros no jornal *A Folha do Estado*.

Em aparte, Carlos Bezerra (PMDB-MT) associou-se às homenagens, afirmando que Agrícola Paes de Barros foi "uma das figuras mais notáveis da política mato-grossense".

Por sua vez, Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou que o filho e o neto do compositor Pixinguinha, cujo centenário de nascimento está sendo comemorado este ano, encontravam-se na tribuna de honra do plenário.

## TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) sobre os critérios que as universidades devem adotar para seleção de novos alunos e para melhorar a qualidade dos cursos oferecidos (reapresentação)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia" (reapresentação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate entre o senador Lauro Campos (PT-DF) e o presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), Fernando Rezende, sobre a oferta de emprego prevista para o próximo milênio (inédito)
- 9h30 - Entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) (reapresentação)
- 10h - Comissão de Constituição e Justiça - discussão dos jogos de azar (vivo)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Logo após - Comissão de Assuntos Sociais - análise de proposta que trata do controle do acesso aos recursos genéticos do país (pré-gravada pela manhã)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - "Jornal do Congresso" (reapresentação)
- 1h - Debate entre o senador Lauro Campos (PT-DF) e o presidente do Ipea (reapresentação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

## RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Constituição e Justiça
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

Senador defende a educação ambiental como passo essencial num país que produz cem mil toneladas diárias de lixo, sendo a metade vazada a céu aberto e um quarto sequer recolhido, segundo seus cálculos

## Desenvolvimento sustentável é a meta, diz Campos

A adoção de uma política de tratamento para os resíduos sólidos do lixo foi sugerida pelo senador Júlio Campos (PFL-MT). Ele argumentou que tal política, a ser traçada pelos órgãos públicos em parceria com as organizações não-governamentais interessadas, "deve ter como prioridade a educação ambiental e o estabelecimento de metas para alcançarmos o desenvolvimento sustentável".

O senador destacou que 100 mil toneladas de lixo são produzidas a cada dia no Brasil, sendo a metade lançada a céu aberto ou em cursos d'água, enquanto um quarto desses detritos sequer é recolhido. Ele comentou que o Brasil já adota medidas para tentar resolver o problema, como a reciclagem, que chegou a ser adotada por cerca de 100 prefeituras, mas afirmou que experiências isoladas não resolvem o problema, o que leva à necessidade de o governo to-



Campos: pela educação ambiental

mar uma atitude propositiva frente à crise da gestão dos resíduos sólidos.

Júlio Campos afirmou que a coleta seletiva de lixo, apesar de apresentar problemas, como insuficiência da matéria-prima lixo, instabilidade de preços e falta de incentivo governamental, foi a alternativa experimentada que mais apresentou inovações. Não tanto pelo volume de lixo tratado ou pelos recursos auferidos com a venda de reciclados, mas pela atitude gerada na sociedade.

de. Ele ressaltou que a coleta seletiva conscientizou as pessoas sobre a importância de separar o lixo orgânico de materiais recicláveis e possibilitou que os catadores de lixo passassem a obter maior renda com a venda de recicláveis para as indústrias.

Campos também mencionou as possibilidades da coleta seletiva sob o ponto de vista econômico, pois a indústria de papéis já se utiliza de quase 40% de resíduos para a produção de novos materiais, o vidro já utiliza mais de um terço de cacos na industrialização e o plástico tem um índice de reciclagem de mais de 20%.

- Uma política para os resíduos sólidos exige investimentos para buscar alternativas para tratamento, requer investimentos fiscais para os pequenos produtores, reclama proteção dos mananciais e compreende atitude fiscalizadora da sociedade para a questão do lixo - disse o senador.

## Francelino elogia livros dos Mindlin

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) registrou ontem o lançamento do livro *Uma vida entre livros - reencontros com o tempo*, de autoria do ex-secretário de Cultura de São Paulo José Mindlin. O livro conta como foi formada a biblioteca do empresário, com cerca de 30 mil títulos, muitos deles, segundo o senador, verdadeiras raridades.

O livro que marca o ingresso de José Mindlin no ciclo dos escritores, conforme disse, começou a ser preparado em 1990, fruto de uma entrevista a estudantes sobre como criar uma biblioteca. A entrevista foi transformada em texto, traduzida para o inglês e, a partir daí, foi publicada, com sucesso.



Francelino: história da biblioteca

Francelino Pereira destacou ainda o livro *Moqueca de Maridos*, da filha do empresário, Betty Mindlin, que será lançado hoje juntamente com a obra do pai. De acordo com o senador, a obra é mais uma incursão antropológica da escritora, que tem larga experiência entre as tribos rondonienses e na vida indígenista brasileira.

## Tuma incentiva técnicos, apesar do fiasco com foguete

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) encorajou os técnicos encarregados do projeto de construção do primeiro veículo brasileiro lançador de satélites a redobram o ânimo e os esforços para que o próximo lançamento do foguete "se torne uma realidade". No seu entender, os problemas ocorridos com um dos motores não diminuem a importância do evento para a história da inteligência do país.

- Colocar um satélite em órbita não é uma tarefa banal, o que explica o fato de apenas oito países integrarem o seleto clube de possuidores de tal tecnologia. As características desse foguete, conhecido pelo nome de VLS, não são nada desprezíveis para um país emergente como o nosso, que lutou contra dificuldades de todos os tipos para poder ter acesso à tecnologia aeroespacial

- ponderou.

De acordo com o senador, uma das pressões que o Brasil sofreu durante a construção do foguete partiu das sete nações mais ricas do mundo (G-7), que alegaram que essa tecnologia poderia ser usada na fabricação de mísseis balísticos. No entanto, enfatizou Tuma, o governo brasileiro demonstrou que seus objetivos eram apenas econômicos, transferindo o projeto da área militar para a Agência Espacial Brasileira, órgão civil ligado à Presidência da República. Além disso, o Brasil se comprometeu a não exportar tecnologia sensível sem conhecimento do G-7 e assinou o Acordo de Não-Proliferação Nuclear.

Romeu Tuma lembrou que a entrada brasileira no mercado de satélites "incomoda muita gente". Conforme argumentou, trata-se de um comércio milionário, orçado hoje em US\$ 1,5 bilhão, que



Tuma: Brasil incomoda muita gente

não pára de crescer. Na sua opinião, o Brasil precisa aproveitar a localização da base de lançamento do VLS, que, a apenas dois graus do Equador, em Alcântara, garante uma aceleração extra aos foguetes dali lançados.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu a mobilização de recursos para assegurar o desenvolvimento científico do país. "Falta uma posição mais determinada por parte do governo", afirmou.

## José Ignácio facilita acesso a documentos públicos

Para tornar efetivo o direito de acesso dos cidadãos aos documentos públicos, o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou projeto que obriga os órgãos públicos a designar o local ou unidade administrativa de sua estrutura em que os documentos permanecerão disponíveis ao público para consulta ou obtenção de cópias.

Conforme a proposição, que já está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a administração pública não estará, entretanto, obrigada a fornecer informações cuja divulgação possa comprometer a segurança da sociedade e do Estado. Desse modo, explica o senador, ninguém poderá requerer informações pessoais sobre outrem, nem tampouco acerca de assuntos sigilosos ou



José Ignácio: direito do cidadão

reservados.

José Ignácio observou que o acesso dos cidadãos a documentos públicos trará uma dupla contribuição para o aperfeiçoamento democrático: "De um lado fará do Estado um ser transparente e banirá práticas secretas; de outro, fará avançar as concepções de uma democracia participativa", garantiu.